

Floresta da Tijuca: Viagens pela história I

Categories : [José Augusto Pádua](#)

Da janela do meu escritório às caminhadas do fim de semana, passando pelo pano de fundo glorioso da paisagem de tantas ruas e recantos, a visão da Floresta da Tijuca serve de deleite e consolo cotidiano para um cidadão apaixonado pela tão maltratada cidade do Rio de Janeiro.

É impossível para o historiador, ainda mais trabalhando com história ambiental, ignorar o fenômeno fascinante da sobrevivência de uma massa verde de 3.953 hectares no seio de uma das maiores metrópoles do planeta (considerando as quatro unidades florestais hoje protegidas, ao menos no papel, sob a forma do Parque Nacional da Tijuca (PNT): Maciço da Tijuca, Serra da Carioca, Conjunto Pedra da Gávea / Pedra Bonita e Serra dos Pretos Forros e Covanca).

Sempre me pergunto, nesse sentido, sobre os fatores que definem o carisma histórico da Floresta da Tijuca. Não se trata, ao contrário do que dizem alguns cariocas tão entusiasmados quanto mal informados, da “maior floresta urbana do mundo”. No próprio espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro, por ironia, existem reservas maiores: o Parque Estadual da Pedra Branca, com 12.398 hectares e a Área de Proteção Ambiental do Maciço de Gericinó-Mendanha com 8.000 hectares. A cidade de São Paulo, cuja imagem pública não se identifica exatamente pela idéia de floresta tropical, possui uma área de 7.916 hectares de remanescentes de Mata Atlântica no seu belo Parque Estadual da Cantareira.

O tamanho do PNT, desta forma, não é a sua característica mais notável, mas sim a sua localização no mapa da cidade. Ao contrário dos espaços mencionados acima, que se encontram em setores periféricos e semi-rurais da cidade, ou, como no caso de São Paulo, em setores da teia urbana que não definem sua imagem cultural e simbólica, os paredões verdes da Tijuca encontram-se no coração geopolítico da cidade, confundindo-se com a identidade visual mais nobre do Rio de Janeiro e incluindo alguns dos ícones da sua paisagem cultural, como o Cristo do Corcovado e a lagoa Rodrigo de Freitas.

Algo semelhante acontece com os 340 hectares do “Central Park” de Nova York, por exemplo. No caso da Floresta da Tijuca, no entanto, não estamos falando em jardins urbanos totalmente construídos, mas sim em remanescentes de uma grande floresta tropical que, apesar de modificados pela ação humana ao longo do tempo, sobrevivem no núcleo central montanhoso de uma metrópole, espalhando-se por partes importantes das áreas verdes de recreio e pesquisa situadas nas partes mais baixas do relevo, como no caso do Parque Lage e do Jardim Botânico.

O estado do Rio de Janeiro, de fato, com cerca 928.900 hectares de Mata Atlântica remanescente, abriga quase 10% do que resta da outrora enorme floresta.

Nesse contexto, o verde da Tijuca pode parecer modesto. Mas, na verdade, trata-se de um

exemplo fascinante e de importância universal. A história das matas da Tijuca oferece lições importantes sobre as condições que permitem a conservação de extensas florestas tropicais em um contexto metropolitano. Mais ainda, sobre as maneiras pelas quais a população e o espaço construído podem conviver com esta floresta sem provocar a sua destruição, mesmo considerando as inúmeras agressões que ela sofreu e ainda sofre.

O milagre dessa sobrevivência, é preciso reconhecer, se explica fundamentalmente pela topografia montanhosa da cidade. Como se pode observar em diferentes lugares do planeta, as montanhas deveriam ser declaradas heroínas da conservação florestal. Mas seria de extremo determinismo geográfico aceitar que as montanhas explicam tudo. As ações humanas, para bem e para mal, também possuem o seu lugar nessa história. No caso do Rio de Janeiro, as propriedades naturais da floresta vêm sendo apropriadas socialmente ao longo da história – tanto em termos objetivos quanto subjetivos - resultando na gradual construção de uma paisagem onde o natural e o social se mescla de modo quase indissolúvel.

Pouco se sabe sobre a natureza dessa apropriação antes da chegada dos europeus. Nesse assunto, as lacunas existentes na pesquisa científica se somam aos efeitos objetivos do calor e da umidade tropical, que com o tempo destróem os vestígios orgânicos das comunidades antigas. Os povos paleo-indígenas e indígenas raramente habitavam o centro da floresta tropical. Em geral, preferiam os chamados ecótonos, as regiões de fronteira entre diferentes ecossistemas que facilitam o estabelecimento de um manejo múltiplo dos recursos naturais. Era o caso das áreas adjacentes ao mar, que permitiam uma combinação entre a pesca, a caça e a agricultura de roça e queima nas matas contíguas. No caso da atual Floresta da Tijuca, é muito provável que populações que viviam perto das praias excursionavam através dela, deixando marcas próprias do seu modo de vida.

Existem evidências da presença de velhos sambaquis, ou de aldeias tupinambás bem mais recentes, nas baixadas da Barra da Tijuca e de Jacarepaguá, de onde aquelas antigas populações podiam facilmente comunicar-se com a fronteira oeste do atual PNT. É preciso estar aberto para a possibilidade de futuras investigações arqueológicas iluminarem melhor esse movimento, afirmando ainda mais a riqueza cultural da região.

A documentação sobre a ocupação socio-econômica da floresta após a chegada dos europeus, porém, é bem mais vasta. A Baía da Guanabara testemunhou a primeira tentativa de estabelecimento de uma colônia francesa no Brasil, a chamada França Antártica, entre 1555 e 1560. Estabelecendo contatos estreitos com alguns grupos indígenas, com os quais realizavam um intenso escambo de Pau-Brasil, os franceses desenvolveram um conhecimento razoável do fundo florestal da região, como revela o livro “Viagem à Terra do Brasil” do escritor calvinista Jean de Lery, que esteve na colônia em 1557. É interessante observar a surpresa de Lery diante de uma floresta que, mesmo em fevereiro, época do inverno europeu, apresentava árvores “tão verdes quanto na França em maio e junho”. Ele também desenhou a imagem de uma paisagem tropical quase edênica, caracterizada pela “bondade do ar, a abundância de animais, a variedade

de aves, a formosura das árvores e das plantas, a excelência das frutas e em geral as riquezas que embelezam essa terra do Brasil”.

Após o fracasso da tentativa colonização francesa - provocado pela reação militar portuguesa e pelos conflitos internos, de fundo religioso, entre os colonos protestantes e católicos - a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro foi oficialmente fundada em 1565. O espaço entre o mar e as montanhas florestadas começou a ser ocupado por atividades e instituições típicas do processo colonial português. Grandes sesmarias (propriedades doadas pela Coroa portuguesa para o estabelecimento de práticas produtivas) foram estabelecidas nas vertentes das serras e maciços, seja para jesuítas ou para membros da elite portuguesa, dando início à construção de engenhos de açúcar, criação de gado bovino, extração de madeiras e produção de carvão vegetal com base em trabalho escravo indígena e, posteriormente, africano. Com o tempo, essas sesmarias foram sendo sub-divididas entre um número maior de proprietários, originando os núcleos sócio-econômicos que hoje constituem os bairros da cidade. O conjunto das atividades econômicas, de toda forma, envolvia quase sempre um contato, em geral destrutivo, com as florestas que cobriam toda a região. A própria lavoura da cana era feita com base no método das queimadas, que alimentava o solo durante alguns anos a partir das cinzas da biomassa incendiada.

A presença da floresta também se fazia sentir através do abastecimento de água, calcado nas nascentes e rios que desciam das encostas florestadas. Ainda em 1673, teve início a construção de um aqueduto para trazer água das montanhas. Este movimento foi aperfeiçoado, em 1741-50, com a construção dos Arcos da Lapa, um outro ícone da paisagem cultural carioca.

A população do Rio de Janeiro colonial, por fim, além do aspecto utilitário da floresta, aprendeu a valorizar sua dimensão de refúgio político-militar. Uma dimensão que foi explicitamente comentada por José Bonifácio no início do século XIX, em sua memória de 1815 sobre a “necessidade e utilidade do plantio de novos bosques em Portugal”.

Ao tratar da importância das matas para as antigas populações européias, ele fez questão de mencionar sua relevância como esconderijo, pois nelas os povos inocentes “achavam abrigo para escapar da escravidão dos Bonapartes do tempo”. Foi o que aconteceu, por exemplo, em 1711, quando da famosa invasão do Rio de Janeiro pelo corsário francês Renée de Duguay-Trouin. Grande parte da população e do clero, inclusive o bispo da cidade, fugiu para as montanhas florestadas, onde encontrou abrigo nas suas árvores e cavernas...

De toda forma, vemos que a relação colonial com o que hoje identificamos como sendo as matas do PNT foram marcadas pelo utilitarismo. Ao invés de valorizá-la como um todo, a sociedade explorava alguns dos seus aspectos específicos, entendendo a floresta como simples fonte de madeira, solos férteis, água e refúgio, além da curiosidade e deleite de alguns (poucos) escritores. Esse quadro que se tornará bem mais intenso e complexo, sofrendo importantes transformações, ao longo do século XIX. É o que pretendo discutir na próxima coluna.